



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA N.º 10/05

4ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2005

29 de Novembro de 2005

g C.  
Gu

Os trabalhos foram iniciados às 21 horas.

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto.**

**Primeiro Secretário, Luís Filipe Moutinho Lopes.**

**Segundo Secretário, Elisabete da Silva Ferreira.**

Membros presentes: Todos conforme consta da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o senhor Presidente, Joaquim Raposo e os Senhores Vereadores Carla Tavares, Clotilde Cunha e Silva, João Bernardino, Gabriel Oliveira, Carlos Manuel Reis dos Santos, Rita Mafalda Madeira, António Nunes, Eduardo Rosa, Filipe Eduardo Ferreira e António Moreira.

Verificado o Quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a Sessão.

### I – RENÚNCIA AO MANDATO

O senhor **Presidente da Assembleia** informou, para que conste da Acta, que a senhora Salomé de Oliveira Pais Matos, eleita nas listas do PS, renunciou ao mandato em 18 de Outubro último e de que, em conformidade com o Art.º 79º. da Lei n.º 169/99, de 18 de

Setembro, a vaga foi preenchido por Vanda Cristina Simões Carmo (Documento anexo à presente Acta).

## II – SUBSTITUIÇÃO

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou de que, ao abrigo do n.º 1 do Artº. 78º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, o senhor Augusto Ferreira Guedes, do PS e António Carlos Ribeiro Costa da Silva Guedes, do PSD, solicitaram a sua substituição nesta Sessão (Documentos anexos à presente Acta). De seguida informou que tomaram posse, nos termos do n.º 2 do Artº. 78º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, os senhores José Manuel Antunes da Graça e Luís Manuel de Almeida Sampaio, respectivamente. (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou ainda de que o eleito, senhor Jaime Pereira Garcia, Presidente da Junta de Freguesia da Buraca, não compareceu ao acto de instalação da A.M.A., mas que apresentou a respectiva justificação dentro do prazo legalmente estabelecido. Seguidamente foi lido pelo senhor 1º. Secretário e não havendo intervenções colocou-a a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 43 membros presentes. (Documento anexo à presente Acta). Após esta votação foi lida, pelo senhor 1º. Secretário, a Acta relativa à Assunção de Funções e assinada. (Documento anexo à presente Acta).





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

### III – ORDEM DO DIA

#### PROPOSTA:

1 – Apreciação e votação, nos termos do n.º 4 do Artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, publicado em anexo ao Decreto Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, da Proposta da C.M.A. relativa a ***“Lançamento do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2006 ( Proposta n.º 537/2005)”***.

2 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***“Regulamento sobre Ocupação do Domínio Público – Alteração da Redacção ao n.º 3 do seu Art.º 51.º (Proposta n.º 513/2005)”***.

3 – Apreciação e votação, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***“Valor Final de Empreendimento do CDH da Rua de Alforneiros ( Proposta n.º 599/2005)”***.

4 – Apreciação e votação, nos termos da alínea e) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***“Isenção de Taxas da Administração Urbanística -Prorrogação ( Proposta n.º 619/2005)”***.

5 – **Eleição do Presidente de Junta de Freguesia e respectivo Suplente**, que, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 6.º dos Estatutos da A.N.M.P., representará todas as **Juntas de Freguesia do Concelho da Amadora nos Congressos da A.N.M.P.**

**6 – Eleição do Presidente de Junta e respectivo substituto**, que, nos termos da alínea b) do Artigo 2º. do Decreto Lei n.º.5/91, de 8 de Janeiro, integrará a **Assembleia Distrital de Lisboa**.

**7 –** Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º.1 do Artigo 46º.-A da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da Mesa da A.M.A. relativa a *“Criação de Grupo de Trabalho para elaborar o Projecto de Regimento da Assembleia Municipal da Amadora”*.

Não havendo intervenções o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a Ordem do Dia à discussão, sendo aprovada por unanimidade dos 44 membros presentes. (Documento anexo à presente Acta).

#### **IV – CORRESPONDÊNCIA**

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que, no início da Sessão foi distribuída ao Representante de cada Grupo Municipal a relação do expediente, conforme o estipulado no n.º. 2 do Artº. 30º. do Regimento.

#### **V – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** iniciou o período com a explicação regimental e não havendo intervenções deu este período por encerrado.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

### VI – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Abriu o senhor **Presidente da Assembleia** as inscrições.

A senhora **Claudia Cardoso** interveio para dizer que, no momento em que se está a preparar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento de 2006 na Câmara Municipal e em todas as Juntas de Freguesia, o BE considera fundamental apresentar uma reflexão sobre a exclusão social que afecta a sociedade e que deve estar presente na mente de todos os Autarcas no momento de tomarem decisões sobre as Grandes Opções da Amadora para 2006. Que o BE assumiu como compromisso, para uma Amadora melhor, entre outros, a inclusão e o multi culturalismo. Que quis, quer e continuarão a querer combater, de forma empenhada, o desemprego, o abandono escolar, a toxicodependência, a gravidez de adolescentes, o analfabetismo, a pobreza e a discriminação. Que a situação de exclusão social da Cidade da Amadora assume, actualmente, contornos preocupantes, pois vive rodeado de Bairros, como o Bairro do Arrastão ou o Bronks Português, na gíria jornalística, onde os jovens se proclamam “Pretugueses”. Que uma gestão Autárquica democrática não pode ignorar esta evidência, pois o impacto da exclusão social, nas mais diversas vertentes, provoca, na população, tenções só combatidas com a integração. Que, neste momento, grande parte das pessoas se sente afectada pela revolta dos Bairros franceses e que, em Itália, o ex-Presidente da Comissão Europeia não receou declarar que a revolta nos subúrbios deserdados é apenas uma questão de tempo. Que o facto destas questões serem comuns a todos os Países Europeus foi reconhecido pelo Conselho da Europa ao publicar, em 2004, um relatório sobre respostas à violência numa sociedade dinâmica. Que a exclusão não é produto de falhas individuais, nem de inadaptação social, mas resulta de um processo de expulsão de parte da população para fora da esfera produtiva. Que as recomendações se dirigem a todos os Países da Europa. Que o BE, em todas as Assembleias de Freguesia em que esteja presente, terá esta realidade em consideração quando se estiver a discutir, quer os Planos de Actividade, quer os Orçamentos, apresentando propostas concretas no sentido de resolver a exclusão social.



A senhora **Maria Luísa Jubilado** interveio para falar sobre uma comissão nomeada para atribuírem os nomes das Ruas da Urbanização do Neudel. Que julga que a comissão tinha poderes para o fazer e que não contesta esse direito, mas que, talvez por uma prudência democrática, poderiam ir mais longe e ter ouvido os eleitos locais, pois a democracia só teria ganho e que era escusado haver críticas. Que os nomes escolhidos pela comissão não têm nada a ver com a Damaia. São nomes que fizeram muito pela humanidade, mas que ficariam mal naquela urbanização. Que, se a comissão pretendia mostrar apenas cultura, conseguiu-o bem, mas que lhe faltou a humildade de reconhecer que há nomes de gente que viveu ou vive na Damaia, nos quais a população se reveria, com prazer, que lhes fosse dado o nome de uma Rua. Que há nomes que teria sugerido à comissão, bem como os outros eleitos, ficando a comissão livre de os escolher ou não, tais como, Carlos Caneças a quem se devem, entre outras obras, o Cinema D. João V e o Mercado Dr. Sabino Ribeiro da Costa, ilustre médico, que serve a população da Damaia a preços módicos, há cerca de quarenta anos e a quem recorrem, sobretudo, os mais velhos, José Manuel Cunha Basto que sempre lutou contra o imobilismo da Junta de Freguesia, pelo que teve muitos dissabores, etc.. Por fim disse que não sabe nem lhe interessa saber quem compôs a comissão, mas que esta é apenas a opinião de uma cidadã que mora na Damaia e que se tem envolvido nos seus assuntos, muito mais emocionalmente do que politicamente.

A senhora **Sónia Baptista** interveio para se referir ao extracto da Acta da C.M.A. n.º 36, da reunião de 16 de Novembro. Que na página dois refere que se perspectiva uma redução na despesa, o que está associada ao facto de corrente ano corresponder à fase final de um ciclo de investimentos de carácter plurianual ao nível da habitação social, custos controlados, de requalificação do parque escolar e construção de salas de pré escolar, de qualificação paisagística, urbanística e do espaço público e da melhoria de acessibilidades inter-urbanas. Por fim disse que tudo isto foi feito, perguntando o que foi feito nas escolas da Mina.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O senhor **Jaime Garcia** interveio para se referir a obras na Freguesia da Buraca dizendo que, em determinada Rua estão a levantar o asfalto, e que gostaria de saber o que é que estão ali a fazer. Perguntou quais são as Ruas que vão ser intervencionadas, porque, uma vez que mudaram todo o trânsito da rede viária da Freguesia, se a Junta tivesse entrado neste processo teria dado uma opinião diferente à circulação do trânsito e que, com esta situação, obrigam as pessoas, quando saem do centro da Buraca, circulem periféricamente nas ruas intermédias até encontrarem a saída, quando podiam sair directamente, desde que, a Junta de Freguesia, fosse ouvida, pois conhece muito bem os meios e os hábitos. Perguntou quem é que deu autorização para que o empreiteiro se servisse, com os camiões, em determinado terreno que está no gaveto da Rua Gonçalves Zarco o que tem causado incómodos, pois o lamaçal que provocam invade as vias e os passeios, o que é prejudicial para os moradores. Sobre o Jardim dos Aromas disse que o que era preciso que os problemas ali existentes devem ser resolvidas pela empresa adjudicatária, mas que se vão fazê-lo, também, devem pagar a limpeza que foi feita pela Junta de Freguesia no Parque. Por fim disse que a Junta de Freguesia não volta a fazer a sua limpeza e que o Jardim necessita de uma intervenção, porque está um pouco votado ao abandono e que também deve ser construído o Bar/Esplanada que estava previsto e que ainda não foi construído.

O senhor **Carlos Almeida** interveio para perguntar ao senhor Presidente da Câmara qual a política da Câmara Municipal relativamente à compra de espaços publicitários na imprensa escrita e, designadamente, quais são os critérios que justificam que o Notícias da Amadora seja sistematicamente descriminado nesse processo.

O senhor **João Paulo Castanheira** interveio para falar sobre a Av.<sup>a</sup> Dr. Fernando Piteira Santos, dizendo que uns dias antes das eleições máquinas avançaram, a todo o vapor, para arranjar aquela Rua nos Moinhos da Funcheira. Que era uma Rua que precisava de ser reparada, mas que uns dias depois desapareceram as máquinas, pelo que pergunta para quando o seu arranjo.



O senhor **António Carixas** interveio para dizer que na última Sessão fez uma intervenção sobre o investimento governamental na Amadora. Que agora vê o quanto bom é para a Amadora. Relativamente ao PIDAC disse que não foram contempladas várias situações, nomeadamente a criação de uma Divisão da PSP para o Concelho. Que a maior parte das verbas diminuem, pois a Amadora vai receber cerca de nove virgula um milhões de Euro enquanto que em 2005 eram cinco virgula dois milhões. Que a maior parte das verbas são obras da Administração Central. Que na reunião dos Autarcas foi considerado o Orçamento insuportável e pergunta qual a opinião do senhor Presidente da Assembleia sobre o mesmo e ao senhor Presidente da Câmara pergunta se vai seguir as orientações e recomendações da Associação Nacional de Municípios, nomeadamente a colocação das bandeiras a meia haste, criar taxas e tarifas especificamente aplicáveis à Administração Central e recusar a aplicação de actos da Administração Central.

O senhor **Luís Costa** interveio para se referir ao Orçamento de Estado que é apresentado, dizendo que importa referir que o que está ali previsto é o que está previsto pela Lei. Que a Lei das Finanças Locais prevê, desde 1998, é que as verbas transferidas para os Municípios reportem a dois anos antes do ano que se está a aprovar o Orçamento. Que, neste caso, a verba que deve de base à transferência de verbas para os Municípios é aquela que reporta à cobrança dos impostos directos do Estado, IVA, IRS e IRC relativos a 2004, que, como se sabe, em período de plena crise conjuntural e crise orçamental se traduziu numa redução na ordem do 0,91% na transferência de verbas para os Municípios. Que para manter as verbas que foram transferidas, o Governo fez um esforço suplementar. Que está prevista a revisão da Lei das Finanças Locais que vai no sentido de determinar novos critérios de financiamento dos Municípios. Por fim disse que houve um esforço, por parte do Governo, em tentar desenvolver a via social e implementar um plano de desenvolvimento para o País, nomeadamente o plano tecnológico.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O senhor **Luís Guarita** interveio para se referir à intervenção anterior para dizer que o orador anterior deve ser o único Autarca que o considera bom. Por fim falou sobre a Central de Valorização Orgânica, perguntando se era possível fazer um ponto de situação e se era possível que a Assembleia Municipal pudesse visitar as instalações, uma vez que lhe parece que elas estão concluídas e fase de teste.

O senhor **Andrade Silva** interveio para dizer que o PS fez um esforço de retórica ao tentar justificar o que é injustificável, ou seja, ao tentar justificar o quão mau o Orçamento de Estado é para as Autarquias. Que basta ler as conclusões do Encontro Nacional de Eleitos para se perceber o quão mau é o Orçamento para as Autarquias. Por fim perguntou ao senhor Presidente da Câmara qual é a posição do executivo relativamente a algumas propostas que foram feitas no Encontro Nacional de Eleitos.

O senhor **Luís Costa** voltou a intervir para prestar um esclarecimento, dizendo que o Município da Amadora deveria ter uma intervenção especial e uma atenção especial, seja o Governo que for, e numa situação plurianual, não apenas num Orçamento. Que entende o Orçamento de Estado e o Plano que está subjacente ao mesmo. Que há uma contenção orçamental, mas que serve um propósito, que é o desenvolvimento do País, porque o problema que Portugal tem não se resolve só com o controlo do déficit, mas sim ganhar outro ritmo de crescimento, outra dinamização social e outra perspectiva de integração no espaço europeu e que devem ser lançadas as bases do futuro. Por fim disse que a população portuguesa tem de ter condições de competitividade que neste momento não tem, pois o Estado, até agora, não soube lançar essas bases e os mecanismos para permitir que as pessoas possam estar ao nível do mercado europeu.

O senhor **Tremoço de Brito** interveio para se referir à intervenção do orador anterior, dizendo que não percebeu se a intervenção era pessoal ou do PS, porque se era individual a



compreende mas que se era do PS existe uma grande contradição, pois tem com ele um documento da Câmara que diz exactamente ao contrário daquilo que foi dito.

O senhor **João Serrano** interveio para dizer que o senhor Luís Costa, como membro da Assembleia eleito pelo PS, falou em nome do PS. Que o PS não está satisfeito com as transferências de verbas para as Autarquias e que o senhor Presidente da Câmara também não está satisfeito. Que o Governo teve de tomar algumas medidas difíceis, mas que tiveram de ser tomadas. Por fim disse que este Orçamento não tem só cortes, mas tem medidas que são importantes.

O senhor **Luís Guarita** voltou a intervir para dizer que o déficit era, quando o PSD esteve no Governo, como agora e que continuará a ser enquanto não estiver resolvido.

O senhor **Presidente da Câmara** interveio para dizer que sempre manteve a coerência, estando no Governo o PS ou o PSD. Que tem manifestado a sua discordância em relação aos apoios que os Governos têm dado ao Município da Amadora. Sobre o Orçamento de Estado disse que mantém o que disse. Que nenhum Autarca pode estar satisfeito com este Orçamento de Estado, em relação às Autarquias, pois não cumpre a Lei das Finanças Locais. Que deve haver um esforço do ponto de vista da contenção da despesa global por parte de toda a gente, mas que não se pode exigir às Autarquias mais esforço de contenção financeira que eles próprios, Estado, não faz. Que não está disponível a pôr a bandeira a meia haste, porque acha que essa não é a forma de resolver as questões e que pensa que grande parte das Câmaras Municipais não o fizeram. Que devem ser tomadas algumas posições em relação a um conjunto de serviços que os Municípios prestam ao Estado e para os quais o Estado não paga nada, mas que quando é o inverso o Estado cobra às Autarquias. Sobre as cedências de Terreno ao Estado disse que não lhe vai ceder mais terrenos de pleno direito, mas só a cedência do terreno para uma determinada utilização, mas que o terreno ficará sempre na propriedade da Câmara, porque quando uma Câmara precisa de um metro de terreno do





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Estado, mesmo aquele que as Autarquias cederam, o Estado cobra e quer que seja pago esse terreno. Que não se revê neste Orçamento no que diz respeito às Autarquias, que os autarcas estão disponíveis a fazer um esforço, mas que tem de ser acompanhado e que há questões de princípio que não podem ser coarctadas, nomeadamente a Lei das Finanças Locais. À senhora **Maria Luísa Jubilado** disse que há um conjunto de nomes de que falou que fazem parte da toponímia do Concelho. Que as comissões são constituídas, têm um conjunto de representantes e que também são contactadas as Juntas de Freguesia para que possam, de alguma forma, opinar sobre a escolha dos nomes, assim como a Câmara recebe propostas das Juntas de Freguesia para incluir alguns nomes. Que algumas são consideradas, mas outras não por conterem nomes que já existem na toponímia do Concelho. Que as comissões têm um objectivo que é não fazer nenhum tipo de censura e procurar ser independente. À senhora **Sandra Batista** disse que ainda bem que reconhece o trabalho que foi feito na Escola Artur Bual e que as Escolas da Mina fazem parte das preocupações da Câmara, pois são as que estão em piores condições e que tem de se continuar a investir. Que no próximo Plano e Orçamento será incluída uma verba, em primeiro lugar, para o projecto e depois da execução da obra. Que alguns Municípios estão a diminuir as salas de aulas, mas que a Amadora as está a aumentar. Ao senhor **Jaime Garcia** disse que há um conjunto de questões dos quais os serviços intervenientes não informam os serviços da Câmara nalgumas intervenções. Que a intervenção que falou está a ser feita pelos SMAS e que, pela informação que tem, foi enviado para a Junta de Freguesia por fax, as intervenções que ali vão ser feitas. Sobre a utilização do terreno da Gonçalves Zarco disse que está a ser utilizado pelo empreiteiro que está a fazer as obras para os SMAS. Que não foi pedida nenhuma autorização à Câmara, pelo que vai actuar, de modo a que aquele problema seja resolvido. Sobre o Jardim dos Aromas disse que a intervenção que foi feita foi feita na base de um projecto e que o empreiteiro a quem foi adjudicada a obra tem de a entregar à Câmara como está no projecto e em pleno funcionamento. Que a Câmara não vai prescindir daquilo que são as obrigações do empreiteiro. Por fim disse que a empresa já foi notificada uma vez e caso não resolva o problema, a Câmara irá accionar as garantias bancárias que tem.



O senhor **Presidente da Assembleia** disse que foi interpolado sobre a Central Anaeróbia, pelo que irá propor, na Conferência dos Grupos Municipais em conjugação com a Câmara, a preparação para a visita. Não havendo mais intervenções, encerrou este período.

## VII – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Apreciação e votação, nos termos do nº. 4 do Artigo 112º. do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, publicado em anexo ao Decreto Lei nº. 287/2003, de 12 de Novembro, da Proposta da C.M.A. relativa a *“Lançamento do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2006 ( Proposta nº. 537/2005)”*.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que a Comissão de Administração Geral e Finanças reuniu, para análise da proposta, e não emitiu parecer. De seguida informou de que foram presentes à Mesa duas propostas sobre esta matéria, uma do BE e outra da CDU e que seriam as propostas B e C respectivamente e a da Câmara a proposta A. De seguida foram lidas pelo senhor 1º. Secretário (Documentos anexos à presente Acta). Seguidamente informou de que o senhor Presidente da Câmara iria apresentar a proposta da Câmara seguindo-se a apresentação das outras propostas.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que prescinde da apresentação da proposta uma vez que foi entregue e que a Comissão teve oportunidade de a discutir, pelo que esperará pelas intervenções e depois intervirá.

O senhor **António Santos** interveio para apresentar a proposta B dizendo que quando se fala no IMI se está a falar de carga fiscal. Que o Governo, antes das eleições, prometeu a diminuição da carga fiscal, mas que o que se verifico, nestes seis meses, o agravamento do





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

*g l l a u*

IVA de 19 para 21%. Que o BE apresentou, em Outubro, uma proposta para ser aprovado um imposto sobre as grandes fortunas, mas que foi rejeitada. Que o PIDAC demarca a diminuição do investimento público. Que o aumento ou a manutenção do investimento público era importante para desenvolver o problema do desemprego, a qualificação e formação do emprego, para a requalificação urbana e para a questão do realojamento, para a resolução e para a melhoria dos Centros de Saúde, para dar um sinal aos Portugueses de que, mesmo em crise, havia sinais de mudança e que estes tinham de passar por aí. Que o BE considera que é falacioso o argumento apresentado na Comissão de que a prudência entre as receitas e as despesas do Concelho da Amadora aconselha a manutenção daquela taxa do IMI. Que é importante o factor de justiça social e o factor de justiça fiscal que a proposta do BE apresenta. Que o código do IMI prevê que haja majorações sobre prédios que estejam devolutos, ou sobre prédios que estejam degradados e minorações sobre prédios, ou fracções de prédios, que estejam sujeitos a requalificação urbana e sobre prédios que estejam em arrendamento. Que, não 'é por acaso, que a proposta do BE não tem considerandos políticos de qualquer espécie e que o que põe à consideração é unicamente se a Câmara deve ou não aplicar o espírito da Lei que é o de introduzir justiça social e fiscal. Por fim disse que crê que é uma proposta que deveria ser aprovada por unanimidade pela Assembleia, pois não vê nenhuma razão nem nenhum considerando político que impeça que seja introduzida à proposta da Câmara, seja qual for a taxa que for aplicada do IMI.

O senhor **Carlos Almeida** interveio para fazer a introdução da proposta C. Que a CDU apresenta a proposta por uma questão de coerência, porque os compromissos que assumiu com a população são para cumprir. Que entendia que havia necessidade de reduzir as taxas que eram impostas sobre a população da Amadora, sendo este um caso evidente. Que todos sabem da grave situação económica em que o País vive, que todos se acusam uns aos outros, mas, em boa verdade, a receita é sempre a mesma, isto é, mais sacrifícios para os mesmos, mais e melhor vida regalada para aqueles que já a tinham. Portanto, a CDU considera que a carga e os sacrifícios impostos aos munícipes e aos cidadãos têm que parar. No que se refere



ao IMI, a CDU entende que há todas as condições para que não seja aplicada a taxa máxima. Que a CDU entende que há condições para a aplicação de uma taxa de IMI mais reduzida. Que a proposta da Câmara diz que os valores arrecadados com o IMI têm sustentadamente vindo a aumentar desde à anos a esta parte, razão da sua proposta. Que a Câmara Municipal, na sua proposta, perspectiva uma diminuição da despesa para o próximo ano. Por um lado, estranhamente, propõe-se arrecadar mais receita e ao mesmo tempo propõe-se gastar menos. Que o FEF é mau e que os do costume continuem a pagar a crise. Que a Câmara Municipal tinha duas opções, ou fazer os munícipes pagar a crise, ou adoptar uma política social comprometida e empenhada para poder assumir uma medida que garantisse um patamar de receitas compatível com as exigências do investimento municipal e por outro lado não agravasse o orçamento, já de si extremamente afectado, das famílias. Por fim disse que, do ponto de vista da CDU, não é este o caminho que defende, até pelos dados que a Câmara Municipal fornece, que existem condições objectivas que sustentam a aplicação de uma taxa de IMI que permita, por um lado, manter o nível de arrecadação de receita compatível e por outro não agrave o orçamento das famílias.

Após estas apresentações, o senhor **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições.

O senhor **Luís Guarita** interveio para dizer que esta é uma matéria muito sensível e que preocupa o PSD. Que, por princípio o PSD não é favorável ao aumento da taxação e ao aumento dos impostos, pois acha que esse é o caminho errado e não o caminho adequado. Que, em relação à proposta da Câmara, o PSD aceita, tendo em conta as graves dificuldades em que a Amadora ainda está, as imensas necessidades que possui, a situação orçamental que é difícil e a impossibilidade de prever as despesas e as possíveis receitas, entende que faz sentido que se tente esticar ao máximo, embora não seja aquilo que defende. Que aceita esta proposta, mas que o PSD se irá abster. Sobre a proposta do BE disse que o PSD acha que é um contributo válido e sério e que vale a pena apreciar, porque se trata, tão somente, de introduzir uma medida social que vem prevista no Código e que não lhe repugna nada aprovar, pelo que, nesta matéria, o PSD votará a favor. Sobre a proposta da CDU disse que





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

*gcl*

acha que há uma incoerência, porque não pode, para a Amadora, defender uma coisa porque é oposição e depois para outros Municípios onde governam defender outra coisa. Por fim disse que em relação à proposta da CDU, o PSD, também, se irá abster, porque também não os repugna a proposta que a CDU fez.

O senhor **Rui Lourenço** interveio para dizer que se não houvesse a crise que se atravessa, mas sim em plena evolução económica, não se estaria aqui a discutir a questão de mais um ponto a baixo ou acima. Que o que deveria ser discutido era o financiamento das Autarquias Locais de uma forma rigorosa e séria. Que é fácil falar-se das famílias que estão a ser afectadas e que vão ser afectadas, certamente, porque a situação não é fácil, neste País, a questão do IMI. Que não se pode falar com ligeireza dos impostos que estão sujeitos às transferências que vêm do Estado para as Autarquias Locais. Que vem defender a taxa máxima, porque é a única situação possível para as Autarquias Locais. Que se está apenas a aprovar, apenas no segundo ano, taxas para o terceiro ano em que está a ser aplicado o IMI e que esta é uma situação nova para as Autarquias Locais, não é propriamente uma situação em que haja elementos históricos. Que se repararem que, em relação à despesa total, a taxa que a Câmara tem de receitas do IMI, já incluída a taxa de Contribuição Autárquica, não tem um peso, por aí além, ainda nas receitas da Autarquia. Que, face às contingências orçamentais que existem no País, se está a tentar assegurar que a Câmara continue a funcionar e para continuar a funcionar tem que assegurar o mínimo de receitas próprias. Que estaria disponível para discutir qualquer redução à taxa do IMI se estivesse noutro tipo de situação económica, mas que na situação em que se está será um pouco leviano falar noutro tipo de situação que não seja a taxa máxima. Que as matrizes não estão a ser actualizadas com a brevidade necessária, razão de haver penalização para as pessoas que compraram casa há cerca de 10 anos, pois estão a acabar a isenção e começam a pagar IMI. Que, face ao exposto, é impossível defender outro tipo de situação que não seja a taxa máxima do IMI. Por fim disse que deve ser feita a reforma do sistema de financiamento das Autarquias Locais, pois neste é



que está a injustiça, uma vez que se está sempre dependente do Governo que está decidir ou não cumprir a Lei das Finanças Locais.

O senhor **João Paulo Castanheira** interveio para falar sobre o aumento do IVA de 17 para 19% feito pelo Governo do PSD/CDS-PP, dizendo que no site do PS o anterior Secretário Geral dizia que este aumento era penalizante para os cidadãos e, também, economicamente errado e um sinal errado que se dava à economia, mas que passados poucos anos o PS aumentou-o para 21%. Que a CDU em Municípios em que está à frente da gestão Autárquica aplica taxas máximas, pelo que tem de haver o mínimo de coerência nestas questões. Que, por princípio, o CDS-PP, defende que haja uma redução sobre as famílias e que os problemas orçamentais do País e das Câmaras sejam resolvidos, não pelo aumento da receita, mas sim pela redução da despesa. Que o PS tomou a decisão política, na Câmara, de aplicar as taxas máximas previstas na Lei e com base em dois fundamentos, um o princípio da prudência que diz que, como não há cenários absolutamente seguros daquilo que são a arrecadação da receita nesta matéria, se deve maximizar as taxas e maximizar a arrecadação da receita de modo a reduzir o risco nesta matéria. Que este princípio não pode ser aplicado desta maneira e não ser explicado, porque senão o Governo tinha toda a legitimidade para aplicar a taxa de IRS de 40% a todos os cidadãos. Que se é assim que se faz, se é assim que se gere, aplicando as taxas máximas a todas as situações, deve ser aplicado o princípio da prudência a tudo, mas que não é assim que se aplica o princípio da prudência, mas sim as coisas devem ser fundamentadas e devidamente explicadas. Que o que se está a fazer é aumentar a carga fiscal sobre os cidadãos, mas que não diz que não seja necessário, mas que o que gostava de ver era ver fundamentada a decisão política, de ver justificada a opção, mas não vê. Que, nas tabelas que são acrescentadas à proposta, olhando para as mesmas, vê que só de 2004 para 2005, a arrecadação de verbas aumentou um milhão de Euros, que o peso do IMI na despesa total de 2004 para 2005 passou de 13 para 18%, pelo que tudo leva a crer que seria possível abrandar a pressão fiscal sobre os cidadãos, mas que na verdade não é isso que acontece. Que se sente com alguma dificuldade, porque não vê fundamentada, nem aquilo que é opção do PS, nem





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

*Handwritten signature in blue ink.*

aquilo que é a proposta da CDU, embora esta vá num caminho que considera mais correcto, mas que também devem ser devidamente fundamentadas. Por fim disse que está a ser feito o Orçamento da Câmara para o próximo ano e que deve haver uma perspectiva de receita do IMI e que era importante saber qual é a perspectivas para se saber qual a percentagem mais ajustada. Sobre a proposta do BE para dizer que concorda com o princípio, pois tudo o que é incentivar a reabilitação urbana, o mercado do arrendamento, penalizar quem tem edifícios devolutos é ir no sentido positivo, e que o CDU vê essa situação como uma proposta e um valor acrescentado que é trazido à discussão. Por fim disse que espera ouvir o resto da discussão para poder tomar uma decisão.

O senhor **Carlos Almeida** interveio para dizer que no tempo em que a CDU teve responsabilidades no Município nem sempre foi aplicada a taxa máxima à Contribuição Autárquica. Que a proposta apresentada pela Câmara não tem qualquer justificação e não foi apresentada nesta Sessão qualquer justificação para ser aplicada a taxa máxima. Que não houve uma crítica aos argumentos que a CDU apresentou onde defendia a aplicação de uma taxa inferior aos valores da taxa máxima. Que na proposta da Câmara Municipal consta que o IMI está a crescer de forma sustentada, o que significa que pode ser menor a taxa do IMI. Por fim disse que o que parece é que primeiro, na proposta da Câmara, decidiu-se aplicar a taxa máxima e que depois foram acrescentadas umas linhas a tentar justificar aquilo que visivelmente, do ponto de vista político, não há forma de justificar.

O senhor **Luís Costa** voltou a intervir para dizer que se faz um esforço na contenção orçamental esse esforço é canalizado para um investimento claro na população e no desenvolvimento pedagógico e cultural e, sobretudo, em termos de competitividade, marcado para a população, estando patente no Plano Tecnológico.

O senhor **Luís Guarita** voltou a intervir para dizer que o PSD/CDS-PP defendiam, no seu programa, uma redução das taxas porque acham que é o caminho que se deve tomar no



futuro. Que quando apresentaram o programa se estava numa situação muito diferente da de hoje, porque o Orçamento para as Autarquias sofreu um aumento "0", razão da situação das Autarquias ser grave. Que, perante essa situação, o PSD não se pode desresponsabilizar, pelo que acha que devem ser tomadas medidas de excepção.

O senhor **Andrade Silva** interveio para dizer que o BE registou a posição de princípio anunciada pelo PSD e pelo CDS-PP sobre a proposta de aditamento apresentada pelo BE, mas que não percebe qual a posição de princípio do PS. Que a proposta do BE visa introduzir factores de justiça fiscal, pois não se pode concordar que um proprietário que investe dinheiro na recuperação do seu prédio pague exactamente o mesmo imposto que o proprietário que não investe dinheiro, aquele que deixa degradar o seu prédio, ou as fracções que o integram. Por esta razão, mesmo que não tenha elementos que lhe permitam quantificar as consequências na receita, ou da quebra da receita da proposta do BE, há, pelo menos a certeza, que a proposta do BE introduz um factor de justiça fiscal. Que o BE, pela falta de dados, acha que pela falta de dados que é, essencialmente imputável a quem administra, não pode quantificar, rigorosamente, as consequências de serem aplicadas taxas mais baixas, nomeadamente a apresentada pela CDU e, por esta razão preferem dar o direito do benefício da dúvida ao contribuinte e não a dar a quem tinha o dever de calcular correctamente as consequências das diferentes, possíveis, taxas a aplicar ao prédios do Município. Por fim disse que, relativamente à pressão que se deve exercer sobre a Administração fiscal para que esta proceda a uma rápida actualização dos valores constantes das matrizes, podem contar com o BE e, também que o único partido que apresentou uma alteração à Lei das Finanças Locais foi o BE

O senhor **Alcides Matos** interveio para dizer que a proposta do BE é uma proposta que resulta de uma leitura de uma legislação muito recente que auxilia a política de reabilitação. Que estão definidos, tal como está na proposta, majorações para penalizar a degradação e o abandono. Que são medidas de minorações para premiar o combate à desertificação e à





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

reabilitação urbana. Que é necessário tomar em atenção ao que se está a tratar hoje, que é um instrumento estratégico para o financiamento da actividade municipal e que tem de ser aprovada hoje e tem de ser comunicada até dia 30 à Direcção de Contribuições e Impostos de qual o valor aprovado. Que o que é proposto pelo BE é uma boa proposta e que pensa que, no futuro, é um bom incentivo e um bom desafio para a Câmara no sentido de que esta possa encontrar as tais áreas territoriais correspondentes a Freguesias onde as majorações possam ser consideradas. Que a proposta do BE é muito importante para a Câmara para o futuro. Que o que deve ser aprovada a proposta da Câmara porque não existem, de momento, condições para que o que é proposto pelo BE de se concretizarem. Por fim solicitou ao senhor Presidente da Câmara que considere esta proposta do BE como incentivo para que o próximo ano.

O senhor **Tremoço de Brito** interveio para dizer que qualquer força política tem o direito de apresentar propostas. Que, para ele, não há razão de ser aplicada a taxa máxima. Que a CDU sempre foi coerente sobre esta matéria. Por fim disse que os contribuintes já pagam taxas a mais e que a proposta da CDU é coerente e que cada um deve assumir as suas responsabilidades.

O senhor **Andrade Silva** voltou a intervir para dizer que ouviu com atenção a intervenção do senhor Alcides de Matos e que ele tem toda a razão. Que a proposta do BE não delimita zonas de Freguesia para que não se impossibilitasse o aspecto prático da aplicação da proposta. Que o que o BE faz é propor a majoração e a minoração para todo o Município da Amadora, ou seja, tendo em conta o estado em que se encontram os prédios urbanos e cuja circunstância é conhecida pela Administração Fiscal, se pode aplicar a proposta, porque é tão exequível como é a proposta de aplicação de taxas. Que a Administração Fiscal tem os elementos e através deles poderá aplicar a proposta do BE. Por fim disse que a Câmara da Amadora também pode ter um papel activo e colaborar com a Administração Fiscal nos casos



em que tenha conhecimento dos prédios degradados informá-la e fazer-lhe uma chamada de atenção.

O senhor **Presidente da Câmara** interveio para dizer que a apresentação desta proposta é por uma questão de necessidade. Que se prevê arrecadar, a nível do IMI, onze milhões setecentos e dezoito, setecentos e catorze, ponto noventa e seis. Que, uma vez que está a ser feito o Orçamento, tem mais dados do que quando foi feita a proposta do IMI. Que a proposta tem a ver com projecções e que são calculadas com base no período do ano passado. Que este ano a arrecadação do Contribuição Autárquica é menor. Que a Câmara tem obrigações para as quais não vai ter nenhum tipo de financiamento, pelo que terá de ter receita própria. Que com os aumentos, pela base de 2.3%, com algumas classificações e promoções, dos quais destaca 140 mil Euros em promoções e classificações, a Câmara tem de encargos com pessoal um aumento de seiscentos e vinte e oito mil Euros. Que os seguros também aumentaram 3.5%. Sobre o parque habitacional Municipal disse que não se pode fazer este parque e depois não fazer a sua conservação, bem como o espaço público. Que com as contas feitas vai haver um aumento de encargos, uma vez que não há aumento de transferências do Estado. Que este imposto não cobre a necessidade da receita. Que fez as contas e que se baixasse a percentagem do IMI não haveria cobertura das despesas. Que o aumento do IVA de 19 para 21% se vai sentir fortemente nos Municípios. Que tem havido um esforço de alguns proprietários que têm feito um esforço em obras de conservação e de manutenção e que a Câmara os isentou de qualquer tipo de taxas para essa conservação, porque o que interessa não é só receber as taxas, mas sim que as pessoas façam a recuperação dos edifícios, de modo a dar melhores condições a quem lá vive. Que está a ser feito na Amadora e que se nota uma forte área de intervenção a nível de reabilitação e a nível de intervenção. Que, em relação aos arrendamentos disse que espera que a nova Lei seja feita. Que a Câmara não tem a base de dados das Finanças e que enviam o que querem sem a Câmara saber a que fracção a que dizem respeito as transferências que fazem. Que a Administração Fiscal tem de ter um relacionamento de maneira diferente da que tem hoje. Sobre a majoração disse que num





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

g l a u

território como o da Amadora, tendo em conta a carência de habitação que existe, de gente que vive em más condições, acha que era importante. Que faz sentido de não aumentar a receita, mas sim de disciplinar e de por algumas regras no mercado, porque há muitos fogos devolutos que não estão arrendados. Que, em relação ao futuro, a Câmara irá olhar para estas questões de maneira diferente. Por fim disse que a proposta da Câmara tem em conta a receita e também o aumento da despesa, despesa esta a que a Câmara não pode fugir, nomeadamente a do pessoal.

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta A, proposta da Câmara e a proposta B, proposta da CDU a votação, em alternativa, sendo aprovada a proposta da Câmara com 25 votos a favor e a proposta da CDU rejeitada com 11 votos a favor (Documentos em anexo à presente Acta). De seguida colocou a proposta alternativa à proposta A apresentada pelo BE a votação sendo rejeitada com 24 votos contra, 11 a favor e 1 abstenção (Documento em anexo à presente Acta).

O senhor **Andrade Silva** fez uma declaração de voto, dizendo que vem no sentido deste tipo de propostas deveriam ser um pouco melhor fundamentadas. Que a proposta da Câmara relativamente à definição das taxas de IMI a aplicar aos prédios urbanos e rústicas que foi apresentada e distribuída à Assembleia demonstrou-se, pelo debate feito, claramente insuficiente, senão mesmo contraditória. Que o senhor Presidente da Câmara trouxe depois um conjunto de outros dados, dados financeiros, que se possa ou não concordar com eles, que se possa achar que são legítimos ou não, a definição das taxas propostas, certamente teriam sido úteis para o debate, para a discussão e para o esclarecimento e para uma decisão mais esclarecida. Que em futuras propostas deve haver um esforço, por parte da Câmara, em fazer verter nas suas propostas todos os elementos que tiver disponíveis e não adiantar uns e guardar outros para o debate. Que o que sugere, a sua declaração de voto é essa, gostaria, para poder votar melhor, futuras propostas que a motivação e a fundamentação das propostas fosse



mais completa para que, no debate, não sejam surpreendidos com dados que no final não os tinham.

O senhor **Carlos Almeida** fez uma declaração de voto dizendo que vai no mesmo sentido da que foi apresentada pelo BE. Que, quer na Comissão de Administração Geral e Finanças, quer no debate hoje aqui travado, quer da proposta que a Câmara apresentou, os dados foram aqueles que eles discutiram. Se o senhor Presidente da Câmara tem outros dados, pensa a CDU, que deveriam ter sido vertidos para o debate em condições que todos tivessem as mesmas para os discutir. Que não validar positivamente ou negativamente os argumentos, mas que do ponto de vista do debate democrático lhes parecia mais justo que todos os dados disponíveis pudessem ter sido disponibilizados e não reservar alguns dados para a parte final onde já não é possível haver réplica e depois apresentá-los para debate. Que gostaria também de dizer que, parece à CDU, a perturbação que se gerou no PS em torno da proposta do BE, sobre a questão das majorações e das minorações, o sinal de que, de facto, havia uma decisão política à cabeça de taxar pelo máximo e não houve o estudo aprofundado de todas as condicionantes que estavam implicadas nessa proposta e, inclusivamente, as implicações de disposições do Código do IMI, porque, ontem, quer os técnicos quer os membros da bancada do PS, revelaram alguma atrapalhação da forma como responderam, assim como aqui na Sessão. Por fim disse que, de futuro, quer na fundamentação das propostas, quer no decorrer do debate, todos os dados devem ser fornecidos em tempo útil para que o debate se possa desenvolver a um mesmo nível.

O senhor **João Serrano** fez uma declaração de voto referindo-se à proposta de aditamento do BE. Que parece ao PS uma proposta interessante, no entanto enferma em duas questões. Uma primeira tem a ver com a necessidade, que consideram, que é importante definir previamente áreas territoriais para minorar ou majorar áreas de operações de reabilitação urbana e o combate à desertificação, mas que deveria haver penalização em majoração em prédios devolutos. Que só votou contra, não porque o PS não concorda, mas concorda com o espírito





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

do que está escrito na proposta, no entanto, tendo em conta que se está a discutir na Assembleia da República o novo regime de arrendamento urbano, em que está a definir, claramente, o que é considerado fogo devoluto, que se deve esperar, um pouco, por uma definição clara do que é que são considerados fogos devolutos para que se possa, mais aprofundadamente e com mais rigor. Por fim disse que, quanto ao princípio, considera que é um princípio correcto.

Não havendo mais intervenções o senhor **Presidente da Assembleia** deu o ponto por encerrado.

2 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Regulamento sobre Ocupação do Domínio Público – Alteração da Redacção ao n.º 3 do seu Art.º 51.º (Proposta n.º 513/2005)”*.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que a Comissão de Administração Geral e Finanças reuniu e emitiu parecer que vai ser lido pelo senhor 1.º Secretário (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Presidente da Câmara** prescindiui da apresentação da proposta.

Não havendo intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 36 membros (Documento anexo à presente Acta).

Antes de dar por encerrados os trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa, por proposta do senhor Presidente da Assembleia, a minuta da deliberação da Ordem do Dia foi aprovada nos



termos do n.º 3 do Artº. 92º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 37 membros presentes.

Devido ao adiantado da hora, o senhor **Presidente da Assembleia** encerrou esta reunião à 1H05 e informou de que os Trabalhos continuariam amanhã, dia 30 de Novembro.

## **2ª. REUNIÃO**

**30 de Novembro de 2005**

Os trabalhos foram iniciados às 21 horas.

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto**

**Primeiro Secretário, Luís Filipe Moutinho Lopes.**

**Segundo Secretário, Elisabete da Silva Ferreira.**

Membros presentes: Todos, com excepção dos senhores Tremço de Brito, Rita Mafalda Guimarães, Jorge Nunes e Vítor Gonçalves, conforme constam da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o senhor Presidente, Joaquim Raposo, as Senhoras Vereadoras Carla Tavares, Rita Madeira e Clotilde da Cunha e Silva e os Senhores Vereadores João Bernardino, Gabriel Oliveira, Carlos Reis, Alves Nunes, Eduardo Rosa, Filipe Ferreira e António Moreira.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Reboleira se fazia representar, nesta Sessão, pela senhora Anabela dos Santos Sousa Ramalho Caeiro. (Documento anexo à presente Acta).





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Verificado o Quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a Sessão.

### I – TOMADA DE POSSE

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que, ao abrigo do n.º 1 do Artº. 78º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, o senhor António Carlos Ribeiro Costa da Silva Guedes, do PSD. (Documento anexo à presente Acta).

Informou ainda de que, em conformidade com o Artº. 79º. da Lei 169/99, de 18 de Setembro, a vaga seria preenchida, caso estivesse presente, pelo senhor Luís Manuel de Almeida Sampaio (Documento anexo à presente Acta).

### II - ORDEM DO DIA

Reiniciaram-se os trabalhos no ponto deixado na Reunião anterior.

3 – Apreciação e votação, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Valor Final de Empreendimento do CDH da Rua de Alforneiros ( Proposta nº. 599/2005)”*.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que a Comissão de Administração Geral e Finanças reuniu e não emitiu parecer.

O senhor **Presidente da Câmara** prescindiou da apresentação da proposta.



O senhor **António Santos** disse que a posição que o BE vai tomar é uma questão de princípio. Que o valor extra que se vai pagar à empresa corresponde a 4, 1% da colecta total do IMI de 2005, razão de perceber porque é que o senhor Presidente da Câmara diz que é preciso dinheiro. Por fim disse que o BE se iria abster porque não teve qualquer responsabilidade uma vez que nunca fez parte do executivo da Câmara.

O senhor **António Borges** disse que na documentação, que foi entregue aos membros da Assembleia, há dois factos que são os seguintes: em 1999 é celebrado entre a Câmara e a empresa Seabra Gomes um contrato de promessa compra e venda onde a empresa promete adquirir 26 lotes de terreno para construção de 42 fogos e a Câmara promete também adquiri-los, após a sua construção, por 78 contos o metro quadrado e que também há um compromisso da empresa, segundo o caderno de encargos, onde se previam os prazos para a sua construção. Que em 2001 é assinado um novo contrato de promessa de compra e venda que seriam liquidados da seguinte forma, 40% aquando da assinatura do contrato de promessa de compra e venda e posteriormente pagamentos trimestrais, mediante a apresentação de facturas e a medição de obras pelos técnicos da Câmara. Que a dúvida que se coloca é porque há este prazo de quatro anos e quando é que terminou a construção. Perguntou quando é que se iniciou a construção e quando é que foram liquidados os 40% previstos no contrato de promessa de compra e venda. Por fim perguntou como é que foram feitos os pagamentos trimestrais para se poder saber quanto é que a Câmara deve, neste momento, à empresa Seabra Gomes.

O senhor **Manuel Frade** disse que, recorrendo aos esclarecimentos que foram feitos em sede de Comissão de Finanças, que o processo é de 1985. Que as estruturas do processo só se iniciaram em 1989 e que começou a ser feito em terrenos do Estado sem autorização. Que em 1991 foram iniciadas as construções e em 1993 foi feita a publicidade para as construções, mas que não apareceu só um candidato. Que só em 1996 é que a Câmara teve luz verde, da parte do Estado, para regularizar os terrenos. Que em 1997 houve um concurso para a





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

adjudicação, havendo três empresas a concorrer, sendo adjudicada à ALBÁSE. Que foi escolhida a empresa que tinha os preços mais baratos, mas que a empresa não entregou garantias bancárias, razão do PS ter votado contra a adjudicação àquela empresa. Que em 2005 a Câmara teve a posse dos terrenos que eram do Estado. Por fim disse que há que resolver o problema, razão da apresentação da proposta.

O senhor **Luís Guarita** disse que o PSD, nesta matéria, após as explicações que foram dadas em sede de Comissão, entende que as questões apresentadas não lhe merecem reprovação.

O senhor **Armando Paulino** disse que gostava de ver este assunto a ser tratado de uma forma mais esclarecedora. Que a Câmara, em 1985, decidiu, do seu ponto de vista mal, lançar este tipo de desafio da Auto Construção em terrenos que não lhe pertencia. Que o que a Câmara fez foi iniciar mal o processo, pois deveria primeiro adquirir os terrenos e depois é que faria a Auto Construção. Por fim disse que o que se está a fazer, com esta proposta, é fechar o processo de uma forma digna e legal.

O senhor **Presidente da Câmara** ao senhor **António Santos** disse que, sobre as condições de princípio para aprovação da proposta uma o ter conhecimento do processo e a outra tem a ver com a forma do negócio, não acha estranho que o BE levante questões, pois não conhece o processo, nem o dossier, não esteve envolvido nele, o que é normal, mas que a CDU coloque, da forma como coloca, algumas questões é que não acha normal, uma vez que este processo vem do executivo da CDU. Que todo o processo se inicia com base em projectos de Auto Construção elaborados em 1985 e 1986. Que se resolve executar as estruturas dos lotes 1 a 10 e dos lotes 31 a 43 em 1989 e os esgotos fluviais em 1991. De seguida referiu-se às Actas da Câmara que tratavam deste assunto. Que foi feito um concurso e publicado no Diário da República e que passava por um CDH, para se fazer um CDH, é preciso ter-se a propriedade dos terrenos e que a Câmara se comprometia a passar o terreno para a propriedade da empresa que ganhasse o concurso. Que a empresa que ganhou o concurso



tinha dificuldades financeiras e a situação das obras. Que a Câmara decidiu entregar à ALBASE e que esta, apesar de não ter a propriedade dos terrenos, resolveu iniciar a construção, mas que passado pouco tempo a empresa abandona a obra. Que se entrou num processo para se resolver a questão. Que havia outra empresa que tinha entrado no concurso, a Seabra Gomes, e que o que se fez foi entregá-la àquela empresa, mas que foi feita uma avaliação dos terrenos, devido ao tempo que tinha decorrido. Que a adjudicação foi feita pela Câmara em 27/01/99 e a aprovação de minuta de contrato, de promessa de compra e venda em 7/03/2001. Que tudo isto foi feito sem a Câmara poder cumprir com aquilo a que se comprometeu quando lançou o concurso público em 1986, ou seja passar para a empresa os terrenos e poder registá-los no seu nome para poder garantir o financiamento do INH e de poder utilizar fundos do INH. Que a empresa poderia meter a Câmara em Tribunal a pedir uma indemnização porque foi feito um contrato de concurso com base em dados que não eram reais e não eram verdadeiros. Que a Câmara foi gerindo esta questão e a obra foi avançando. Que foram aprovados trabalhos extra contratuais. Que, no decurso da obra, a Câmara verificou a necessidade de efectuar alterações no sentido de melhorar a qualidade e a segurança e diminuir os custos de manutenção, pelo que os valores tiveram de ser alterados. Sobre o preço disse que o próprio contrato previa uma actualização do preço resultante, pois não se podem comparar os preços anteriores com os actuais. Que só em 2005 é que foi feita a escritura pare que os terrenos passassem para a Câmara. Que o que se está a tratar, neste momento, é do registo dos terrenos a favor de quem construiu os fogos de acordo com o caderno de encargos, ou seja, os terrenos passarem para os proprietários. Que depois dos terrenos passarem para eles tem de se constituir os lotes, pois os lotes não estão constituídos, porque não pode haver lotes sem haver um terreno e que, só depois esta constituição será feita a aprovação dos projectos e só depois disso tudo é que a Câmara pode comprar, ou seja, pode passar da empresa para a Câmara. Por fim disse que custa pagar mais quatrocentos e tal mil Erro, mas que terá de ser pago para resolver o problema e que esta proposta é para o resolver.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O senhor **Carlos Almeida** voltou a intervir para pedir um esclarecimento. Que, o senhor Presidente da Câmara, confirmasse ou não, visto que na sua apresentação não as referiu. Uma, é de que em 1996 o Estado autorizou a câmara a usar os terrenos, pois foi dada esta informação na Comissão e o senhor Presidente não a referiu na sua intervenção. A segunda, que também foi dito na Comissão, é que os terrenos demoraram estes anos todos a passar para a Câmara por responsabilidade do Estado e não da Câmara, porque envolvia, inclusivamente, a Quinta do Estado e que o Estado foi protelando sucessivamente a transferência dos terrenos para a propriedade da Câmara, sendo essa a razão pela qual demorou tanto tempo.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu dizendo que há um alvará da Quinta de S. Miguel em que anexa uma planta de permuta e que foi desanexada uma parte e na outra foi aprovado um loteamento que lá se encontra. Que se anexa uma permuta de terrenos entre a Câmara e a Estação Nacional de Reprodução Animal, da Falagueira e que este alvará foi aprovado em 1982. Que a Estação construía no terreno cedido pelo Alvará da Quinta de S. Miguel um edificio de escritórios e laboratórios, que foi construído entre os anos de 1986 e 1988. Que a Câmara receberia da parte do Estado aquele terreno para o lançamento do projecto de Auto Construção, mas que tudo isto nunca foi feito. Que o Estado construiu, mas que quando foi lançado o concurso público a Câmara não tinha previsão de ter os terrenos. Que não se deveria ter facilitado, mas sim, primeiro, garantida a posse dos terrenos, ou então não se deveria ter feito o concurso daquela forma. Por fim disse que este é um processo para fechar e para ver se, de uma vez por todas, por as pessoas que estão à espera das casas naquelas habitações, que é o que interessa.

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia**, colocou a proposta a votação, sendo aprovada por maioria com 31 votos a favor e 9 abstenções (Documento anexo à presente Acta).



O senhor **Carlos Almeida** fez uma declaração de voto dizendo que a CDU se absteve em coerência, também, com a posição que teve na Câmara Municipal, porque muitas das questões colocadas não foram integralmente explicadas pelo senhor Presidente da Câmara.

4 – Apreciação e votação, nos termos da alínea e) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Isenção de Taxas da Administração Urbanística -Prorrogação ( Proposta n.º 619/2005)”*.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que a Comissão de Administração Geral e Finanças reuniu e emitiu parecer que foi lido pelo senhor 1.º Secretário (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Presidente da Câmara** prescindiou da introdução da proposta.

O senhor **Luís Guarita** falou sobre o Moinho do Guizo dizendo que esta urbanização está a ser construída debaixo das linhas de Alta Tensão. Por fim disse que o PSD irá votar a favor da proposta.

O senhor **António Santos** disse que o BE vai votar a favor a proposta.

O senhor **Carlos Almeida** disse que a CDU vai votar a favor da proposta.

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 39 membros presentes. (Documento anexo à presente Acta).





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

**5 – Eleição do Presidente de Junta de Freguesia e respectivo Suplente**, que, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 6.º dos Estatutos da A.N.M.P., representará todas as **Juntas de Freguesia do Concelho da Amadora nos Congressos da A.N.M.P.**

O senhor **Presidente da Assembleia** solicitou que fossem entregues na Mesa as propostas. Informou de que se encontra na Mesa uma proposta apresentada pelo PS que foi lida pelo senhor 1.º Secretário. De seguida informou de que estavam abertas as inscrições e não havendo intervenções informou de que a votação seria secreta.

Após a votação, o senhor **Presidente da Assembleia** informou de que a proposta apresentada pelo PS foi aprovada com 19 votos a favor, 9 contra, 8 em branco e 1 nulo.

**6 – Eleição do Presidente de Junta e respectivo substituto**, que, nos termos da alínea b) do Artigo 2.º do Decreto Lei n.º 5/91, de 8 de Janeiro, integrará a **Assembleia Distrital de Lisboa**.

O senhor **Presidente da Assembleia** solicitou que fossem entregues na Mesa as propostas. Informou de que se encontra na Mesa uma proposta apresentada pelo PS que foi lida pelo senhor 1.º Secretário. De seguida informou de que estavam abertas as inscrições e não havendo intervenções informou de que a votação seria secreta.

Após a votação, o senhor **Presidente da Assembleia** informou de que a proposta apresentada pelo PS foi aprovada com 19 votos a favor, 10 contra, 7 em branco.

**7 – Apreciação e votação**, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da Mesa da A.M.A. relativa a **“Criação de Grupo de Trabalho para elaborar o Projecto de Regimento da Assembleia Municipal da Amadora”**.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que a Mesa fez uma proposta que foi lida pelo senhor 1º. Secretário. De seguida informou de que estavam abertas as inscrições

O senhor **Luís Guarita** interveio para dizer que gostava de fazer uma proposta que é a do Grupo de Trabalho ter dois elementos de cada partido e não um como nos anteriores.

O senhor **Presidente da Assembleia** disse que se a proposta não for aprovada compete à Mesa fazer o projecto. Que em primeiro lugar se vai votar a proposta e depois é que se vai votar uma de composição do Grupo de Trabalho e de prazo para apresentação do projecto. De seguida procedeu-se à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 33 membros presentes (Documento anexo à presente Acta). Após a votação, o senhor **Presidente da Assembleia** solicitou aos partidos que indicassem os seus representantes no Grupo no prazo de oito dias e propôs que no prazo de 45 dias apresentasse um projecto de Regimento da Assembleia.

Antes de dar por encerrados os trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa, por proposta do senhor Presidente da Assembleia, a minuta da deliberação da Ordem do Dia foi aprovada nos termos do n.º. 3 do Artº. 92º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 40 membros presentes.

Finda a discussão da Ordem do Dia, o senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** deu por encerrada a Sessão às 00H15.

A presente Acta, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Luís Filipe Moutinho Lopes, 1º Secretário, que a redigiu.

